LAGAR S.A. PARTICIPAÇÕES - CNPJ(MF) – 66.444.522/0001-90

(b) Reserva de lucros - Refere-se a uma modalidade de destinação do lucro líquido do exercício, sendo aplicável à Companhia, nos exercícios reportados, a reserva legal e a reserva de retenção de lucros. **(c) Reserva legal -** A Companhia constitui reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social, obedecendo ao limite de 20% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **(d) Reserva de retenção de lucros -** A partir das exigências da Lei 11.638/2007 a Companhia reclassificou os saldos remanescentes dos lucros acumulados para reservas de lucros, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração da Companhia. **(e) Dividendos -** É garantido aos acionistas, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os dividendos propostos são demonstrados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	138.483	45.170
Realização reserva reavaliação	218	215
Realização custo atribuído	721	713
	139.422	**46.098**
Reserva legal 5%	6.971	2.305
Resultado base para distribuição de dividendos	**132.451**	**43.793**
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	33.113	10.948

10 Instrumentos financeiros - A Companhia está exposta aos seguintes riscos: · Risco de liquidez – possibilidade da Companhia não ter capacidade de honrar com suas obrigações; · Risco operacional – devido à complexidade da operação em que a Companhia está inserida; · Risco de gestão de capital – capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas. A administração da Companhia reitera que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. **(a) Risco de liquidez -** A Administração da Companhia elaborou um modelo de gestão do risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julga adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **(b) Risco operacional -** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: · Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; · Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; · Cumprimento com exigências regulatórias e legais; · Documentação de controles e procedimentos; · Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; · Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; · Padrões éticos e comerciais;· Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. **(c) Risco de gestão de capital -** A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de lucros são práticas consagradas em respeito ao quotista e ao empreendimento administrado. Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a sua capacidade e continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos gastos incorridos. **d) Classificação dos instrumentos financeiros -** Os instrumentos financeiros da Companhia estão assim classificados:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Ativos financeiros avaliadas ao valor justo por meio do resultado:		
- Caixa e equivalentes de caixa	215	471
	31/12/2023	**31/12/2022**
Passivos		
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:		
- Fornecedores	-	1
- Títulos apagar	57	9.865

e) Gestão de risco de liquidez - A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas e linhas de crédito bancárias julgadas adequadas, através de acompanhamento contínuo das previsões e do fluxo de caixa real e da combinação dos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia projetou o fluxo de caixa contratual não descontado das obrigações e os vencimentos destas obrigações:

31 de dezembro de 2023	**Menos de 1 ano**	**de 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	215	-	-	215
Passivo				
Títulos a pagar	57	-	-	57

31 de dezembro de 2022	**Menos de 1 ano**	**de 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	471	-	-	471
Passivo				
Títulos a pagar	9.865	-	-	9.865
Fornecedores	27	-	-	27

11 Eventos subsequentes de sociedades controladas pela Árvore S.A. - a) Ato 254 da Anatel – aprovação da redução de repasse aos usuários de crédito referente exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS - Conforme Ato nº 254, de 11 de janeiro de 2024, a Anatel aprovou a redução do valor de eventual repasse aos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), referente a crédito decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, alterando o valor inicial para fins de repasse de R$ 221.000 para R$ 115.000 e aprovou que a eventual transferência seja realizada por meio da construção de 1.671,294 km de rede de transporte de telecomunicações de alta capacidade (backhaul em fibra óptica). **b) Incorporações de sociedades -** Em 1º de abril de 2024, a controlada indireta Algar Telecom S.A. procedeu à incorporação da sua controlada Smart Telecomunicações e Serviços Ltda., conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Ainda na mesma data, a Vogel Soluções em Telecomunicações em Informática S.A. incorporou a Algar Multimídia S.A. **c) Cisão parcial da controlada indireta Algar TI -** Em 5 de abril de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da controlada indireta Algar TI, tendo a parcela cindida referente ao investimento na Algar Tecnologia vertida para a Algar S.A. e a parcela cindida referente a determinados ativos e passivos vertidos para Algar Tecnologia. Conforme laudo de avaliação na data base de 28 de fevereiro de 2024, seguem os valores de ativos e passivos:

	Antes da Cisão	**Cisão Algar S.A**	**Cisão Algar Tecnologia**	**Após da Cisão**
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	19.669	-	-	19.669
Contas a receber	65.884	(1.602)	-	64.282
Provisão para devedores duvidosos	(1.602)	1.602	-	-
Impostos a recuperar	14.319	-	-	14.319
Adiantamentos a funcionários	1.234	-	(235)	999
Custos e despesas antecipadas	3.725	2.433	(194)	1.486
Outros ativos circulantes	4.918	-	-	4.918
	108.147	**2.433**	**41**	**105.673**
Não circulante				
Impostos a recuperar	14.463	-	-	14.463
Custos e despesas antecipadas	361	-	(267)	94
Investimentos	227.263	(196.053)	-	31.210
Imobilizado	9.252	(1.735)	(4.418)	3.099
Intangível	125.358	-	(16.576)	108.782
Direito de Uso - CPC 06	3.300	-	-	3.300
Outros ativos não circulantes	4.659	-	-	4.659
	384.656	**(197.788)**	**(21.261)**	**165.607**
Total do Ativo	**492.803**	**(200.221)**	**(21.302)**	**271.280**

	Antes da Cisão	**Cisão Algar S.A**	**Cisão Algar Tecnologia**	**Após da Cisão**
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	43.317	(43.317)	-	-
Fornecedores	9.225	-	-	9.225
Obrigações fiscais	5.028	-	(112)	4.916
Obrigações trabalhistas	32.958	-	(3.478)	29.480
Outros passivos circulantes	3.876	-	-	3.876
	94.404	**(43.317)**	**(3.590)**	**47.497**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	30.000	(30.000)	-	-
Obrigações fiscais	22.196	228	(945)	21.479
Provisão para contingências	10.486	-	-	10.486
Outros ativos não circulantes	5.033	-	-	5.033
	67.715	**(29.772)**	**(945)**	**36.998**
Patrimonio líquido				
Capital social	293.039	(127.132)	(16.767)	149.140
AFAC	39.500	-	-	39.500
Ajuste avaliação patrimonial	6.852	-	-	6.852
Prejuízos acumulados	(8.707)	-	-	(8.707)
	330.684	**(127.132)**	**(16.767)**	**186.785**
Total do Passivo e Patrimonio Líquido	**492.803**	**(200.221)**	**(21.302)**	**271.280**

d) Cisão parcial da controlada indireta Algar Tecnologia - Em 05 de abril de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da controlada indireta Algar Tecnologia, tendo a parcela cindida vertida para a Algar S.A.. Conforme laudo de avaliação na data base de 28 de fevereiro de 2024, seguem os valores de ativos e passivos:

	Antes da Cisão	**Cisão Algar S.A**	**Após da Cisão**
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	48.402	-	48.402
Contas a receber	77.227	-	77.227
Estoques	384	-	384
Impostos a recuperar	7.357	-	7.357
Adiantamentos a funcionários	1.362	-	1.362
Custos e despesas antecipadas	6.003	-	6.003
Outros ativos circulantes	3.683	-	3.683
	144.418	**-**	**144.418**
Não circulante			
Impostos a recuperar	51.366	-	51.366
Depósitos judiciais	15.530	-	15.530
Imobilizado	112.649	(68.216)	44.433
Intangível	39.924	(595)	39.329
Direito de Uso - CPC 06	1.921	-	1.921
Outros ativos não circulantes	657	-	657
	222.047	(68.811)	153.236
Total do Ativo	**366.465**	**(68.811)**	**297.654**

	Antes da Cisão	**Cisão Algar S.A**	**Após da Cisão**
Circulante			
Debentures	22.234	-	22.234
Fornecedores	25.421	-	25.421
Obrigações fiscais	4.214	-	4.214
Obrigações trabalhistas	42.509	-	42.509
Outros passivos circulantes	10.621	-	10.621
	104.999	**-**	**104.999**
Não circulante			
Obrigações fiscais	20.804	(11.057)	9.747
Provisão para contingências	21.715	-	21.715
Outros ativos não circulantes	6.127	-	6.127
	48.646	**(11.057)**	**37.589**
Patrimônio líquido			
Capital social	194.661	(49.749)	144.912
Reserva legal	6.703	-	6.703
Ajuste avaliação patrimonial	8.005	(8.005)	-
Reserva de lucros	3.451	-	3.451
	212.820	(57.754)	155.066
Total do passivo e Patrimônio líquido	**366.465**	**(68.811)**	**297.654**

e) Venda da torre de Serviços Gerenciados de TI (Managed Services Provider - MSP) - Em 18 de março de 2024, a controlada Algar S.A. Empreendimentos e Participações, controladora direta da Algar TI, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, contendo exclusivamente a "torre de negócios" de Serviços Gerenciados de TI (*Managed Services Provider - MSP*) dessa controlada, e suas subsidiárias localizadas na Argentina, Colômbia e México, com a Positivo Smart Tecnologia Ltda., subsidiária da Positivo Tecnologia S.A.. O preço de venda, sujeito a ajustes previstos em contrato, é de R$ 235.000, dos quais R$ 190.000 serão pagos na data de fechamento da transação. O valor remanescente de R$ 45.000 será pago doze meses após a data de fechamento da aquisição, condicionado ao atingimento de determinadas metas financeiras e operacionais. A conclusão da aquisição está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de transação, incluindo, sem limitação, a aprovação dada pelos órgãos antitruste brasileiro (Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE) e colombiano (Superintendência de Industria y Comercio – SIC), além de determinadas metas financeiras e operacionais. Até que se obtenha as referidas autorizações e o cumprimento de demais condições precedentes ao fechamento, a controlada indireta Algar TI continuará operando de forma independente e no curso normal dos negócios. A Controlada indireta Algar Tecnologia e Consultoria S.A., detentora da "torre de negócios" CX - *Customer Experience* (*Call Center*) não faz parte da transação.

DIRETORIA:

Luiz Alberto Garcia - Diretor Presidente
Luiz Alexandre Garcia - Diretor
Ana Marta Pereira Garcia - Diretora

CONTADORA

Elena Maria Nunes
Contadora – CRC-MG 089.587/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos Srs.
Diretores e acionistas da **LAGAR S.A. PARTICIPAÇÕES**
Uberlândia – MG

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras da LAGAR S.A. PARTICIPAÇÕES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas" a seguir, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LAGAR S.A. PARTICIPAÇÕES em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas - *Inversão fixa* - Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 (h), "Eventos ocorridos em 2023", às demonstrações financeiras, em janeiro de 2024, foi instaurado um Comitê Especial pelos órgãos de governança da Algar Telecom S.A., controlada indireta da investida Árvore S.A. Empreendimentos e Participações, para apuração de denúncia relacionada a potenciais equívocos no processo de reconhecimento de ativo imobilizado. Com a realização dos trabalhos, a Administração da Algar Telecom S.A. identificou a deterioração de determinadas atividades de controles internos relacionadas ao reconhecimento e à mensuração das adições ao ativo imobilizado e transferências para as rubricas definitivas ocorridas no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Na data de aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os trabalhos e as análises relacionadas a esse assunto encontram-se em andamento pela Administração da Algar Telecom S.A., que registrou uma provisão para perda no montante de R$73.000 mil, com base nas informações disponíveis. Neste contexto, a Administração não disponibilizou documentação suporte e demais evidências necessárias para que os procedimentos de auditoria pudessem ser executados e uma conclusão sobre a suficiência ou não da provisão pudesse ser alcançada. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar ou não, ajustes na participação societária da Companhia na investida Árvore S.A. Empreendimentos e Participações, na data-base de 31 de dezembro de 2023. *Ativo de direito de uso – arrendamento* - A Administração Algar Telecom S.A., controlada indireta da investida Árvore S.A. Empreendimentos e Participações, identificou, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a deterioração de determinadas atividades de controles relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos ativos de direito de uso, registrados pelos montantes de R$837.171 mil, líquidos de depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2023. Na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Algar Telecom S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os trabalhos e análises relacionadas ao reconhecimento e à mensuração dos ativos de direito de uso encontram-se em andamento pela Administração, que registrou um ajuste no montante de R$47.493 mil, com base nas informações disponíveis. Neste contexto, a Administração não disponibilizou documentação suporte e demais evidências necessárias para que os procedimentos de auditoria pudessem ser executados e uma conclusão sobre a suficiência ou não do ajuste registrado pudesse ser alcançada. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar ou não, ajustes na participação societária da Companhia na investida Árvore S.A. Empreendimentos e Participações, na data-base de 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2024

VAZ & MAIA Auditores Independentes

VAZ &MAIA Auditores Independentes
CRC-MG 503
Antônio Hilário Maia
Contador CRCMG 39.822

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.
Verificação de conformidade no ITI, acesse o link: https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.8.1/

GAIA EDITORA GRAFICA LTDA:12512322000107
Assinado de forma digital por GAIA EDITORA GRAFICA LTDA:12512322000107
Dados: 2024.06.04 18:46:37 -03'00'

PÁGINAS AUDITADAS
ICP Brasil
ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

Esta publicação foi feita de forma 100% pela empresa Diário de Uberlândia em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link:
https://diariodeuberlandia.com.br/publicidadelegal